

## VÍNCULOS TERRITORIAIS – DISCUSSÃO TEÓRICO METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS TERRITORIALIDADES LOCAIS

Álvaro Heidrich\*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul\*\*

### TERRITORIAL ATTACHMENTS – THEORETICAL- METHODOLOGICAL DISCUSSION FOR A STUDY OF LOCAL TERRITORIALITIES

**Resumo:** Coloca-se em discussão no artigo o conceito de vínculos territoriais, trabalhado com o objetivo de compreender as situações nas quais comunidades e seus atores estabelecem ligações com espaços em processo ou situação de apropriação por eles mesmos. O estudo baseia-se na formulação de Henri Lefebvre (2000) sobre apropriação do espaço, mas também considera o uso dessa expressão-conceito em outros estudos que também a discutem em seu aspecto de tensão com o espaço social. São discutidos aspectos analíticos e resultados dos estudos realizados com o foco em vínculos territoriais, e são feitas considerações sobre o conceito de espaço social em relação à apropriação do espaço e às implicações territoriais. Em seguida são tratados aspectos relacionados à construção de vínculos que revelam tensão ou conflito territorial e, ao final do artigo, com base nas observações alcançadas, reflete-se sobre aspectos metodológicos para o estudo das territorialidades locais a fim de verificar nelas a reprodução do espaço social hegemônico e/ou práticas de apropriação em tensão com ele.

**Palavras-chave:** Vínculos territoriais. Apropriação do espaço. Territorialidades locais. Tensão territorial. Conflito.

**Abstract:** This article discusses the concept of territorial attachments, aiming at the understanding of situations in which communities and their actors set up ties with spaces under the process of or with the status of appropriation by themselves. This study is based on Henri Lefebvre's formulation (2000) about the appropriation of space, although it also considers the use of this expression-concept in other studies dedicated to discuss the aspect of tension in the social space. It discusses the analytical aspects and results of studies focusing on territorial attachments; it makes considerations over the social space concept in relation to the appropriation of space and territorial implications. Subsequently, it deals with aspects relating to the building of ties that reveal tension or territorial conflicts. Towards its end, based on recollected observations, the article reasons on methodological aspects for the study of local territorialities, aiming at identifying in them the reproduction of the hegemonic social space and/or the appropriation practices opposing it.

**Keywords:** Territorial attachments. Appropriation of space. Local territorialities. Territorial tension. Conflict.

\*Doutor em Geografia, professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alvaro.heidrich@ufrgs.br

\*\*Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Farroupilha, Porto Alegre - RS, 90040-060, Brasil. Tel: (51) 3308-6000.

## Introdução

Os estudos do território têm trazido à tona, além da compreensão sobre um espaço marcado por múltiplas estratégias do arranjo dos poderes institucionais e hegemônicos, também a visão sobre as práticas socioterritoriais informais das comunidades, do espaço vivido, assim como têm aberto um importante flanco de atenção para o novo e o alternativo. Questões como participação popular, territorialidades alternativas, organização de moradores, luta por moradia popular e intervenções no espaço público são algumas das quais constituem um rico universo de ativismos ou ações socioterritoriais. Nas reflexões desse campo também se agregam as tensões entre os espaços da vida simples e as tendências globalizantes orientadas para a sistematização da vida e o aprofundamento da exploração capitalista, evidenciando-nos que o conflito, a tensão e a luta são aspectos essenciais das geografias que vivemos.

Com esta atenção coloco em discussão neste artigo a noção e o conceito de vínculos territoriais – desenvolvidos com o objetivo de compreender as situações nas quais comunidades e seus atores estabelecem ligações com espaços em processo ou situação de apropriação por eles mesmos. Essa formulação, originalmente elaborada para o estudo de processos de exclusão e inclusão associados a territorialidades locais<sup>1</sup>, foi retomada com certa frequência e submetida a outros cenários. Não exatamente a expressão aqui tomada, mas muito mais o seu foco pode ser visto em outros estudos (Di Méo; Pradet, 1996; Vermeersch, 2006; Haesbaert, 2014) nos quais grupos ou comunidades trazem suas referências espaciais como suporte de identidades, constroem estratégias, enfrentam conflitos ou apenas configuram suas singularidades.

Considerou-se na referida formulação vínculos territoriais como

(...) resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos de integração socioespacial, que nos diz sobre a sujeição a tais, que implique desterritorialização e reterritorialização dominantes, ou construção de territorialidades autôcentradas (Heidrich; Carvalho, 2001; Heidrich, 2006, p. 42).

Concebemos que “por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através das práticas sociais, é que se produz território, que se constitui uma territorialidade” (Heidrich, 2006, p. 27). Esta – a territorialidade – tem sido vista como expressão do território, por vezes nas ideias e nos sentimentos de

grupos e sujeitos e, por outras, como aspectos do que o próprio território poderia (ou viria) ser. A identidade associada ao território pode ser sua manifestação, assim como também a temos compreendido pelo arranjo em formação territorial. De todo esse campo (ou espectro, vendo as expressões variantes como uma difração), o termo revela o que um fato, uma relação ou uma manifestação possui como qualidade de território. Ter esse aspecto da territorialidade como princípio básico ajuda-nos a pensá-la em dois aspectos importantes da discussão aqui presente: (a) a territorialidade como ação constituída por grupos ou comunidades; e (b) a territorialidade como um constructo derivado dessa ação, como apropriação do espaço.

Muito embora tenhamos tomado inspiração nas ideias de Henri Lefebvre (2000) sobre a produção do espaço para a formulação do conceito de vínculos territoriais, não adoto, como tem sido bastante corrente nos estudos de enfoque territorial no Brasil, a noção de que o território resulte de um equivalente mecanismo de produção do espaço social<sup>2</sup>. Mesmo que o espaço produzido se manifeste no território e territórios possam nele ser identificados, em essência o que se vê são os traços de um no outro.

Desse modo, o aspecto mais contundente para essa distinção é a relação direta entre o ator e o espaço territorializado. As ações que implicam as qualificações territoriais do espaço geográfico envolvem o enlace entre atores, seus poderes e suas práticas. Nas abordagens de Geografia Social o território consiste no “espaço social limitado, ocupado e utilizado por distintos grupos sociais como consequência da colocação em prática de sua *territorialidade* ou do campo de *poder* (...) exercido pelas instituições dominantes” [Grifos no original] (Johnston; Gregory; Smith, 2000, p. 562)<sup>3</sup>.

Em geral se tem considerado a apropriação do espaço como fator instaurador das múltiplas feições das territorialidades humanas. Este termo, de significado bastante específico na referida obra de Henri Lefebvre (2000) – como face e possibilidade de produção do espaço social –, possui compreensões bem mais amplas em outros trabalhos, por vezes conceituais e outras etimológicas mesmo.

Para Joel Bonnemaïson e Luc Cambrézy (1996) e Paul Claval (1996) o território é concebido como espaço de apropriação coletiva por um grupo, um povo ou até mesmo o Estado. Em Robert Sack (2009), apesar não ser trazido como um termo teórico chave, a apropriação foi

<sup>2</sup> Assim, por exemplo, a variante analítica proposta por Milton Santos de Território Usado tem a ver muito mais com as contradições e os processos no seu espaço interior, mas não incide sobre o aspecto mais diferencial das ações que implicam as qualificações territoriais do espaço geográfico: o enlace dos atores, seus poderes, suas práticas (Moraes, 2013; Silveira, 2011).

<sup>3</sup> Os autores também consideram a variante geográfico-política, que considera o território como espaço de manifestação do poder do Estado e seu ordenamento.

<sup>1</sup> Pesquisa realizada em 2000/2001, com resultados apresentados originalmente no trabalho. “Territorialidades de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência” (Heidrich; Carvalho, 2001).

## Territorialidades locais e vínculos territoriais

vista também nesse sentido, em referência a área tomada dos indígenas na colonização da América do Norte. Em Guy Di Méo e Pascal Buléon (2007) apropriação é vista como ação transformadora do espaço em território. Com conotação bem mais restrita, há o enfoque utilizado por Pierre Bourdieu (2013), em que a apropriação é vista como meio de manter domínios no espaço físico e engendrar em correspondência a manutenção de posições no espaço social. Refere-se a um espaço praticado, porém sem aporte no enfoque lefebvriano e a noção marxiana de apropriação: o sentido dado por ele está ligado a posses de bens e de espaço físico e em todos os tipos de capital (econômico, social e cultural). O autor, assim como Henri Lefebvre (2000), não trabalha com a denominação de território, mas de um espaço social marcado pela ocupação de posições “como o sítio em que um agente ou uma coisa se situam, ‘têm lugar’” (p. 133). Ganha sentido em sua arquitetura teórica a colagem que se faz dos atributos a certa localização. Isso tem permitido, porém, a tradução desse termo como território, devido aos efeitos carregados ao espaço pelas posições ocupadas, mas não dominadas (Andrade; Silveira, 2013).

Para Henri Lefebvre a apropriação tem a ver com espaço adaptado para o viver, acompanhado pela imaginação sobre o que se vive no lugar apropriado e com seus usos associados. O ato ou a ação culmina como criação. Por isso, entendo que se coaduna em muito com o que vimos estudando atualmente por territorialidades e territórios que se originam da invenção, por mais que no espaço social ainda se mantenham as ações concebidas de ordenamento e controle dominantes. A coerência com o fato territorial está justamente aí, pela possibilidade da tensão entre poderes, pela constatação de que o conquistado ou dominado não se torna consequentemente um absoluto.

Para seguir essa discussão, primeiramente retomo um pouco das análises possibilitadas pelo conceito de vínculos territoriais e, em seguida, teço algumas considerações sobre o conceito de espaço social e discuto a ênfase da apropriação e as implicações territoriais. No tópico seguinte discuto aspectos relacionados à construção de vínculos que revelam tensão ou conflito territorial. O tópico final destaca algumas observações alcançadas e reflete sobre conceito de vínculo territorial como apoio metodológico no estudo das territorialidades locais, verificando se é possível ver nelas a reprodução do espaço social hegemônico ou práticas de apropriação em tensão com ele.

Vínculos territoriais foram vistos como prática associada à apropriação do espaço por comunidades e grupos em situações com possibilidades variantes de reprodução social. Lidamos com um quadro de significativas diferenças para dar conta de possíveis comparações: moradores de rua, comunidades envolvidas em reassentamento urbano, grupos articulados em movimento social em busca de assentamento rural de reforma agrária e comunidades de agricultores ecologistas (Heidrich, 2006)<sup>4</sup>.

A situação dos moradores de rua condensa muitos aspectos de degradação de seus vínculos com o espaço social, constituindo grupos sobremaneira segregados, distantes de direitos e com carência de condições para se garantir a vida. Os vínculos que possuem com o espaço em geral se caracterizam pela ocupação de locais públicos do meio urbano, como viadutos, pontes, estações, marquises como teto ou soleiras de edificações como leito. São ocupações que não se fixam em permanência (Heidrich, 2006). O morador de rua age com limitações nas tentativas de reprodução da sua vida. É quase nula a sua participação no âmbito sociopolítico. O uso que fazem do espaço em geral é restringido, contido e condicionado (Escorel, 2003; Robaina, 2013). Ocupam posições acantonadas e, quando se ensaia uma mínima ação criativa, suas chances costumam ser tolhidas pelas normativas de espaço público.

Quando se delinea a articulação de moradores ocupantes de áreas “irregulares” e quando a elas estão associados os movimentos de luta por moradia, ganha evidência a presença de um grupo atuante em busca da conquista do lugar em ocupação (Heidrich, 2006; Heidrich et al., 2016). Mesclam-se ali as relações entre os sujeitos das práticas e o lugar com seus engendramentos. Sabe-se que a coesão social depende de múltiplos fatores, mas pode-se dizer que, quanto mais forem compartilhadas as experiências, mais ganha sentido uma memória remetida ao grupo e sua vinculação ao espaço vivido. Trajetórias comuns permitem identificar uma memória coletiva (Pollak, 1992), trazidas do lugar anterior ao local do reassentamento, suas referências materiais e de práticas, fazendo-se importante o estar junto na reelaboração das referências socioterritoriais.

Nas práticas de ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – o acampamento e o assentamento rural –, registram-se sinais de ruptura com as formas hegemônicas da reprodução econômica, notadamente pela organização coletiva do acampamento e de muitos assentamentos

<sup>4</sup> Moradores de rua e reassentamentos urbanos populares na cidade de Porto Alegre, acampamentos de mobilização social por reforma agrária (municípios de Viamão e Tupanciretã, Rio Grande do Sul), reassentamentos rurais (municípios de Charqueadas e Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul) e associação e pequenos produtores ecologistas (município de Morrinhos do Sul, Rio Grande do Sul).

(Heidrich, 2006). As relações estabelecidas, como o vínculo de posse e uso, engendram possibilidades de maior interação entre os praticantes e participação social mediada pelo interesse coletivo (Silva; Almeida, 2002). Gera-se um fato territorial – o acampamento – e, como uma criação, um uso diferenciado, busca-se uma forma ativa de condução da vida (Heller, 1992). Além da conquista de terra para viver e trabalhar, o sentimento de pertencimento e uma consciência de apropriação (de conquista de lugar no espaço e na sociedade) passam a fazer parte da interseção entre territorialidade local e as escalas mais abrangentes (Fernandes, 2000).

Nas comunidades de agricultores ecologistas podemos ver mais forte vínculo de consciência territorial, de compreensão de sua existência ligada ao meio ambiente e ao sentido da vida em seus encaixes espaciais, locais, regionais e globais (Marques; Oliveira, 2016). Fazem uso do espaço como alternativa à territorialidade moderna, pela ressignificação de sua produção agrícola, de ser orientada por um valor ético-ecológico-comunitário e não essencialmente mercantil. Os pequenos produtores dessas comunidades se organizam em associações com as quais buscam apoio técnico nas organizações de promoção da agricultura ecológica e a sua comercialização. Na organização de feiras, além da comercialização, têm a meta da divulgação do consumo de produtos orgânicos, da prática ecológica e da crítica ao modo de vida prevalente do momento atual. Esta ação implica deslocamento geográfico não apenas da prática do grupo, mas das ideias contidas nela.

As práticas socioterritoriais articuladas à formação de grupos que necessitam da ação coletiva em geral se fortalecem por uma ideologia a elas vinculadas. Esse sentido as diferencia das práticas da ocupação da rua. Os processos de desterritorialização retiram ou afastam as pessoas das possibilidades de participação na integração socioespacial (das relações em mercado, dos mecanismos de garantia de direitos e, até mesmo, dos âmbitos de reconhecimento sociocultural). Os moradores em situação de rua não estão fora do espaço, mas, naquilo que corresponde às normatizações, às rotinas e aos sentidos formuladores de vinculações de permanência e uso, estão bastantes sujeitos às restrições presentes dos espaços públicos. “O sentido de apropriar-se enquanto posse e/ou adequação do espaço, tornando o mesmo apropriado à vida, com pertencimento e consciência espacial, está apenas superficialmente na territorialidade desses moradores” (Costa et al., 2007, p. 21).

Perda ou alteração de vínculos está muito perto do que se entende por desterritorialização, muitas vezes ligada à mudança do meio, a uma inovação ou redefinição de poderes (Haesbaert, 2004; Raffestin, 1987). Práticas de ocupação, uso e a sua compreensão são formadores de um conjunto-contexto socioespacial

pertinente à apropriação. Trazem consigo o sentido de território inventado, vinculado ao grupo praticante por estabelecerem diálogo e tensão com as externalidades.

Como os vínculos são em suma engates de territorialidade, agrego no próximo tópico algumas referências teóricas sobre apropriação, espaço social e território.

## Espaço social, apropriação e território

Espaço social é um termo trabalhado como conceito importante nas ciências sociais<sup>5</sup>. Na Geografia tem sido recurso de enfatizar a conotação de espaço geográfico acionado, utilizado e percebido (Johnston; Gregory; Smith, 2000; Di Méo; Buléon, 2007). Apesar de ser amplo o espectro de sua aplicação, discute-se a seguir os sentidos em aproximação com a ideia de apropriação, modo pelo qual se pode visualizar a tensão entre espaço e território: os que são tomados por Pierre Bourdieu (2011, 2013), Henri Lefebvre (2000) e Guy Di Méo e Pascal Buléon (2007).

Se em Pierre Bourdieu (2011, 2013) a apropriação da materialidade advém das posses de capital econômico, o espaço social ocupado pelas classes também é definido pela apropriação de capital cultural e simbólico. Em sua obra atribui-se o seu conhecimento como estudo do campo social. Para esse autor, a posse e a apropriação de capital definem posições e permitem controlar privilégios, assim como também empurram classes sociais a localizações desprovidas deles.

A ausência de capital leva ao seu paroxismo a experiência da finitude: ela acorrenta a um lugar. Inversamente, a posse do capital garante, além da proximidade física (residência) em relação aos bens raros, a quase ubiquidade que torna possível o domínio econômico e simbólico dos meios de transporte e de comunicação (e que é frequentemente redobrado pelo efeito da delegação, poder de existir e de agir a distância por interposta pessoa) (Bourdieu, 2013, p. 137).

O espaço social, então, se constitui por um jogo de relações dependente das posses materiais e simbólicas. O corpo (o indivíduo biológico) e suas posses estabeleceriam no espaço as distinções, o valor diferencial entre suas regiões.

Apropriação para Henri Lefebvre (2000) não se simplifica por posses de bens, sejam eles materiais ou simbólicos, mas pela constituição de um espaço inteiramente apropriado. Vê a cidade antiga como um espaço próprio, no qual a dominação e a apropriação se combinam, mas com sinais de excisão a partir do Império Romano, com o surgimento do Fórum. Com o enfoque regressivo-progressivo identifica mudanças e complexidades que se

<sup>5</sup> Ver no artigo “O espaço social e suas representações”, de António Fernandes (1992), as diferentes compreensões de espaço social na sociedade e na Sociologia.

interpõem, como pela formulação de um espaço abstrato (um concebido com a intencionalidade de impor ordem, dominação) e as contradições instauradoras de conflitos entre as necessidades da reprodução das relações<sup>6</sup> e as da produção do espaço no neocapitalismo moderno.

Para ele a combinação perdida mediante a produção do espaço recoloca a apropriação como prática contraposta à dominação. Desse modo:

O resultado, sobre o terreno, é uma extraordinária dualidade de espaços, que dá por sua vez a impressão de uma dualidade de poder político: de um equilíbrio instável, de uma explosão rapidamente inevitável. Impressão enganosa, já que estão precisamente atestadas as capacidades repressivas e integradoras do espaço dominante. A dualidade continuará, e, se não tiver lugar uma inversão da situação, o espaço dominado se degradará. “Dualidade” quer dizer contradição e conflito (Ibid., p. 405).

Temos aqui a sinalização de que a apropriação implica a capacidade criativa de um grupo “de uma fração de classe ativa, de um ‘agente’ ou ‘atuante’ (...) [que produz o espaço] com os meios e recursos a seu alcance (forças produtivas, técnicas, conhecimentos, meios de trabalho etc.)” (Ibid., p. 169).

A atuação<sup>7</sup> qualifica nossas geografias pelos aspectos práticos e simbólicos presentes: pela conotação social atribuída ao espaço. Para Guy Di Méo e Pascal Buléon (2007) será necessário decifrá-lo a partir dos atores, suas representações e seus comportamentos, os indivíduos, grupos ou instituições capazes ou habilitados a investir no espaço, territorializando-o. Para estes geógrafos “numerosos atores e agentes sociais se espacializam, ou melhor, se territorializam, na medida em que a relação privilegiada (de designação, apropriação, qualificação) que mantém com seu espaço de ação transforma-o em território” (p. 31). Explicitam, contudo, que essa ação se dá desde as formas “mais triviais (delimitação de uma parcela, edificação de uma casa, no caso do agente mais que o ator) até as mais fundamentais: criação de uma cidade, de uma barragem, de uma rede de transportes” (Ibid.).

Com tal entendimento será fundamental discernir entre as ações que reproduzem as relações de produção e as de criação de territorialidades concebidas como ação não apenas sobre a materialidade e o ordenamento territorial, mas também sobre o conjunto das relações estabelecidas em apropriação. Ação como obra, como propôs Henri Lefebvre, é criação que possui “*horizonte de sentido*: uma

multiplicidade definida e indefinida, uma hierarquia que se modifica, de modo que num ou noutro sentido podem passar a um primeiro plano em um momento dado, por e para uma ação” (2000, p. 255) [grifos no original].

A ação orientada pela intencionalidade da apropriação que um grupo-ator – um grupo atuante – elabora deve ser vista por sua capacidade de criação e estabelecimento de tensão com o espaço social. O grupo age a partir de seu coletivo e para um coletivo, ou melhor: um espaço coletivo<sup>8</sup>. Contudo, isso também implica limitações e preponderantemente não se traduz por modificações globais do espaço social.

Como a discussão se refere à situação entrelaçada de território e espaço, é muito oportuno interpor duas importantes referências: a reflexão de Rogério Haesbaert (1997, 2004) e de Robert Sack (2009). Rogério Haesbaert compreende o território tanto pela apropriação como pela relação de dominação, desdobrando-se ao longo de um “continuun que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (2004, p. 95)<sup>9</sup>. A excisão exposta por Henri Lefebvre (2000) – também considerada por Rogério Haesbaert – implica um diferencial notável, pois a dominação necessita da “fabricação” de um referente unificador dos sentidos, que, ao contrário de elaborar uma criação como um conjunto das relações estabelecidas em apropriação, organiza o espaço para a obediência, a disciplinarização. No neocapitalismo moderno, Henri Lefebvre destaca a ausência quase plena da apropriação e a instauração ordenada de um espaço social orientado para a reprodução das relações de produção.

Pode-se ver nas diversas categorias que Robert Sack (2009) enumera, as quais aparecem cada vez mais nas sociedades capitalistas modernas (classificação, manutenção de controle, reificação do poder, estipulação de normas públicas que reforçam a impessoalidade etc.) a atribuição de elementos territoriais orientados para a dominação. Não obstante, ele adverte que “os territórios são formas das relações espaciais socialmente construídas e, seus efeitos, dependem de quem está controlando quem e por qual propósito” (p. 216).

Encontra-se aqui um paradoxo: por um lado da questão há a excisão apropriação-domação e, de outro, uma junção de ações e formas territoriais que produzem um complexo espaço social impregnado de territorializações. Para deslindar isso, é preciso trazer à compreensão três modalidades de abstração do espaço social, que se fecham no mesmo princípio:

<sup>6</sup> Para Henri Lefebvre (2000), no neocapitalismo moderno três níveis de relações se entrelaçam na estruturação do espaço social: a reprodução biológica; a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção, quer dizer, as relações constitutivas da sociedade como tais. Fazem parte do espaço social, além destas relações, as representações simbólicas que as mantêm em estado de coexistência e coesão.

<sup>7</sup> Com esse termo, seguindo a sugestão aberta na obra de Henri Lefebvre (2000), entendo que se pode demarcar a ação como ato próprio e vinculado a um campo, como exercício de atividade trazida da ideia para a prática, para manifestar influência e pressão. Para acolher o significado de ação e representação.

<sup>8</sup> Cf. Claude Dubar (2008, p. 60) a “subjetividade do ator é (...) mobilizada por suas estratégias de poder (não no sentido de dominação, mas de influência, incluindo a cooperação e a aliança), (...) uma subjetividade inteiramente subordinada à ação coletiva” [grifos no original]. Ver também a concepção de ator-sujeito em Alain Touraine (1999).

<sup>9</sup> Como se pode ver na presente discussão, a prática da apropriação possui aspectos materiais implicados, o que também atesta a inseparabilidade entre as coisas tangíveis e intangíveis.

1. *Primeira abstração*: De um poder regulador legítimo sobre o território pelo Estado e a dominação social (um atributo das relações de produção capitalistas) como coisas separadas. Essa abstração, um argumento central da ideologia burguesa, ergueu-se contra os interesses que faziam vir do poder sobre a terra anterior as possibilidades de extrair excedentes de produção, de acumular riquezas;
2. *Segunda abstração*: Os argumentos solidificados na construção da modernidade, de constituir o indivíduo pessoal, um sujeito abstratamente universal equivalente em direitos (embora não efetivos), portanto, apto à realização do contrato;
3. *Terceira abstração*: De um espaço no qual os objetos e relações, em essência, orientados para a reprodução das relações de produção, aparecem apenas como formas geográficas, antropológicas, econômicas e arquitetônicas.

Esse espaço abstrato, mais que qualquer outro, “à medida que ligado ao intercâmbio (de bens e mercadorias, palavras, escritos etc.), implica consenso” (Lefebvre, 2000, p. 70). Esse consenso se elabora nos âmbitos territoriais da política, no Estado-Nação e nas segmentações dos territórios de sua jurisdição, suas regiões, departamentos ou unidades federadas.

*Com efeito, a condição de possibilidade da relação social de produção mercantil é representada pela organização política estatal, que a um só tempo manifesta a garantia de reprodução daquela relação antagonista por essência, sob a forma de capital, e a dissimula sob a forma de interesse geral, destacado dos interesses específicos e concretos dos sujeitos sociais por ela mesmos constituídos. Por esse modo, o Estado aparece como um terceiro sujeito, (...) como forma essencial e inafastável da organização política da sociedade, sem que isso signifique que seja um instrumento utilizado intencionalmente para favorecer esta ou aquela classe social. (Alves, 1987, p. 275-276) [Grifos no original].*

Se a noção de cada pessoa se constituir como sujeito político pactuante de um corpo coletivo, do qual lhe seriam garantidas vantagens dessa participação não se efetiva em concretude, é o seu pertencimento ao território no qual são juntados os aspectos vividos, os referentes culturais imbricados com as ideologias e os interesses de setores da atividade econômica, classes sociais e regiões o que produz a legitimidade ao poder político (Heidrich, 2000). Nesse sentido, sendo o Estado um ator territorial, não lhe advém diretamente o vínculo a um grupo atuante, como no caso da apropriação, mas de uma sociedade política imaginada como nacional.

O espaço social da nação – territorializado – compreende dois momentos, duas condições: um mercado, “um conjunto complexo de relações comerciais e de redes de comunicação”; uma violência, “a do Estado Militar (feudal, burguês, imperialista etc.)” (Lefebvre, 2000, p. 133). Nele estão em jogo junto à vida praticada as representações do espaço, pelas quais se elaboram os códigos mantenedores do ordenamento cotidiano, os conhecimentos e signos estruturadores do espaço

abstrato e os espaços de representação, o espaço vivido, (os simbolismos não oficiais da vida social e da arte): “um espaço passivamente experimentado, em que a imaginação deseja modificar e tomar” (Ibid., p. 98). Trata-se de um espaço tenso, que contém tanto a possibilidade da “fabricação” de um referente unificador dos sentidos assim como a de elaborar a alteridade e a apropriação. Para explorar um pouco dessa questão, retomo comentários com enlaces empíricos sobre os vínculos territoriais em situações de tensões e conflitos territoriais.

## Apropriação e conflitos territoriais

Nas ocupações irregulares na cidade de Porto Alegre podem-se notar duas estratégias: (1) a busca da cidade, como alternativa ao mercado de terras urbano, não apenas para a moradia, mas para acesso ao conjunto de atributos desse espaço, como o de centralidade que reúne as possibilidades de trabalho, acesso a serviços de saúde, escola para os filhos etc.; (2) por integrarem-se à cidade, as áreas ocupadas ganham as qualidades do espaço urbano, permitindo alçar a negociação da área ocupada como estratégia de reprodução social (auferir renda) e ao mesmo tempo, então, agir na reprodução do mercado de terras (Heidrich et al., 2016).

Junto às ocupações, mesmo com a diversidade de situações existentes, havendo associativismo ou não, os espaços são compartilhados. Ganham feições de comunidade e projetam-se para a cidade como um território identificado. Nesse “diálogo” estabelecem-se tensões com os territórios da cidade, por serem espaços tomados à revelia das relações formais e de mercado e por demandarem medidas de urbanização. Reproduzem a própria cidade, estendendo seu tecido, demandando ampliação de serviços, assimilando e antagonizando-se com suas lógicas. De modo ambivalente, a ocupação se faz como territorialidade criadora – uma apropriação – e como reprodução das relações de dominação. Assim, o conflito não se dá apenas entre a ocupação e a cidade, mas também no interior da própria ocupação.

Rosa Maris Rosado (2009b) observou a prática da apropriação do espaço de um galpão de reciclagem, com o emprego de táticas de preservação de acesso àquele território, mediante a criação de um modo de agir no habitus da reciclagem. A autora compreendeu o galpão como um espaço de resistência de um grupo de pessoas normalmente vistas como excluídas (Rosado, 2009b).

Esse grupo produz territorialidade, mas em um território instável e fragilizado, que envolve, ao mesmo tempo, uma dimensão mais concreta, de caráter político-econômico, como forma de ordenação do espaço urbano, estratégia de disciplinarização da coleta de lixo nas ruas da cidade, até uma dimensão

simbólica e cultural por meio de uma identidade territorial atribuída ao grupo como forma de controle e apropriação do galpão, territorialidade de resistência. Essa territorialização precária se constitui como embrião de reterritorialização reflexiva que acredita na luta por reconhecimento e legitimação do seu fazer no espaço urbano (Rosado; Heidrich, 2016, p. 296-297).

As relações afetivo-simbólicas, elas importantes do agir coletivo, não garantem apenas por si a conquista, na medida em que a prática que constrói a alternativa não está isolada, sem relação com o espaço social. Perdas ocorridas nas redes colaborativas, como a redução do fornecimento de recicláveis pelo serviço de coleta municipal, implicaram a redução dos ganhos e importantes alterações. Elas impactaram os vínculos do grupo com o galpão e o afastamento de pessoas (Rosado, 2009a). O processo conduziu as participantes a voltarem à rua, como catadoras, fazendo-as reconstruírem suas táticas, alterando o campo antes garantido pelo controle do espaço do galpão.

O estabelecimento e a manutenção de um território estão diretamente relacionados aos vínculos territoriais de determinada territorialidade. Participar de um território capitalista, por exemplo, pode ser através de relações de poder – para aqueles que compartilham suas territorialidades – ou de violência – para aqueles que têm suas territorialidades corrompidas (Mitchell, 2012, p. 45).

Vermeersch (2006) aborda os vínculos territoriais e sociais no bairro Plaisance/Pernety, ao sul de Paris. O autor investiga o quanto os laços de pertencimento ao território podem ser forjados na campanha de ativistas para desenvolver uma vida local rica em trocas sociais. Os ativistas são vistos muito mais como “missionários de um projeto de sociedade” do que ativadores de uma política urbana. Portadores de um discurso em conflito com as suas práticas, eles tomam o território por um ideal de sociabilidade e, de forma mais ampla, como uma plataforma para uma sociedade ideal, mas em sentido oposto contribuem para a desconstrução dessas ideias ao praticarem a autosegregação, especialmente no quadro associativo.

O acionamento de vínculos é comum em práticas discursivas, as quais podem estar efetivamente lastreadas por atitudes de envolvimento com os territórios e suas comunidades ou reproduzir atos normativos, funcionais. Fabiano Soares Magdaleno, em análise da relação de deputados com suas regiões de inscrição eleitoral e grupos de representados, considera que

(...) além desses atores estarem vinculados a apropriações simbólicas ou efetivas de porções da superfície, exibindo assim certo grau de territorialidade, o próprio exercício da função de representante político já pressupõe, em si, uma territorialidade, entendida aqui como uma estratégia de poder que visa o controle de pessoas e coisas (Magdaleno, 2009, p. 13).

Têm sido também objeto de tensão ou conflito as relações de moradores com seus lugares de residência, em função de diferenças socioculturais, temporalidades vividas e imaginários mobilizados. Nos casos de segunda residência em balneários, o vínculo com o lugar é concebido por uma mescla de diversas significações, e muitas vezes estão ancoradas pela busca de um “bem-estar familiar” em ambiente de paisagem com beleza cênica (Fonseca et al., 2013). A “busca de um maior contato com a natureza [está] entre os principais valores atribuídos para as localidades de segunda residência, e são, neste sentido, propiciadoras de novas relações identitárias com o lugar” (p. 1.239).

A identificação com o lugar para os que chegam nem sempre incluirá a participação das pessoas mais antigas, já estabelecidas nele. A situação de moradores que migram para lugares que já possuem territorialidades plenamente constituídas faz os que chegam se confrontarem com territorialidades de que não fazem parte. A falta de coesão entre os recém-chegados e os antigos, habitantes de uma mesma localidade (Elias; Scotson, 2000), o senso de apropriação do lugar ou a evidenciada identidade dos novos grupos são fatores de tensões ou, pelo menos, de territorialidades duplas e, até mesmo, multifacetadas.

Tanto moradores novos como antigos possuem laços que os ligam com o lugar, mas, geralmente, suportados por distintas referências. Não se compartilha o mesmo imaginário, como tradições arraigadas e até mesmo as vivências conflitantes. Guy Di Méo e Jackie Pradet (1996) observaram isso junto ao Vale do Aspe, nos Pirineus Ocidentais, no qual se antepuseram dois tipos de moradores em suas compreensões relativas ao território local: os autóctones e os *neos*<sup>10</sup>. Ambos manifestam identidade com o lugar, amalgamadas por suas vivências. Se não paira dúvida disso em relação aos autóctones, como os chamados *neos* já ocupavam o lugar por uma boa quinzena de anos<sup>11</sup>, também são seus habitantes. De um lado, os autóctones guardavam expectativa por modificações regionais, interligação por melhoramentos rodoviários e benefícios de crescimento econômico. Do outro, os *neos* esperavam que o vale se mantivesse tradicional e suas paisagens preservadas.

À medida que a identidade e os imaginários correspondem a práticas que afetam algum sentido da permanência dos outros grupos, vai se vendo a imbricação que elas possuem com a localização, a extensão da presença e os usos associados. Se for possível ver cada um desses aspectos como a ligação de um grupo com o lugar, um vínculo, o conjunto deles expressa uma territorialidade própria. Como estamos vendo, a territorialidade para um não coincide exatamente com a do

<sup>10</sup> Expressões utilizadas no original, que podem ser mais bem entendidas pelos termos difundidos estabelecidos e outsiders, pois possuem significados idênticos em ambas as pesquisas de Guy Di Méo e Jackie Pradet (1996) e de Norbert Elias e John Scotson (2000).

<sup>11</sup> Considerando a data de referência da publicação e de realização da pesquisa, o período das mudanças é dos anos 1970.

outro grupo. Duas manifestações podem decorrer, então: (a) coexistirem as territorialidades e (b) manifestarem conflito. Quando uma delas projeta-se afetando a projeção da outra (em mesmo plano), estabelece-se o conflito.

Nas encostas e vales da Serra Geral, no entorno da Reserva Biológica da Serra Geral (RBSG), município de Maquiné, no Rio Grande do Sul, há pequenos estabelecimentos de produtores familiares dentre os quais muitos conservam as práticas agrícolas de subsistência (Heidrich, 2009). A agricultura praticada ali se vê bastante condicionada pelo avanço da mata e pelas medidas restritivas de uso da terra no entorno da área protegida. Em algumas localidades dessa encosta há novos habitantes, proprietários de segunda residência ou moradores ecologistas, além do retorno de população migrante, os quais se encontram agora na condição de trabalhadores aposentados de profissões urbanas, diferentemente dos que permaneceram ali. Tanto os novos moradores como os retornados veem o lugar como um território de cuidado ambiental, qualidade de vida, e de modo geral não almejam transformações como melhorias de estradas ou políticas de fomento para uma economia agrícola, fatores esses que não beneficiam a permanência dos pequenos produtores familiares.

O modo como os grupos têm assento no lugar é equivalente (um estabelecimento rural), porém os imaginários e os usos diferem entre si. Como cada um deles é um grupo singular, o modo com constituem suas relações naquele lugar precisa ser compreendido por seus distintos vínculos. Mesmo que no contexto geral compartilhem o mesmo e único espaço, qualquer um dos grupos tem seu modo particular de pertencer à mesma geografia, além de praticarem e se orientarem por seus próprios usos. Não estando em evidência em nenhum dos casos alguma estratégia de controle, a não ser a que define o território da Unidade de Conservação, o que se expressa, por fim, são também territorialidades distintas. Todos os grupos pertencem à sociedade nacional que estabelece a RBSG como área protegida, mas são apenas os novos proprietários e os retornados os que não têm sua permanência afetada por ela. Há, nesse sentido, a projeção de territorialidades em mesmo plano, isto é, em conflito. Se o que demarca as limitações de uso são normativas nacionais, contudo os pequenos produtores veem não apenas o Estado como seu opositor, mas também os retornados, os ecologistas e os moradores de segunda residência.

O conflito territorial entre atores institucionais e coletividades ganha cada vez mais recorrência nas sociedades racionais (Sack, 2009). De um lado encontram-se as relações de poder sobre o espaço das instituições e, de outro, dos indivíduos, grupos ou comunidades (Foucault, 1997, 2001; Raffestin, 1993). Esse conflito entre poder de regulação e usos tradicionais tem evidenciado o acondicionamento e de certa forma a reclusão (Haesbaert, 2006, 2008a, 2008b e 2014) por que passam os grupos e comunidades indígenas e quilombolas, como também a limitação do fazer de populações tradicionais em áreas protegidas. Essas territorialidades não possuem natureza essencialmente política. Antes de se projetarem com tal objetivação,

são territorialidades sociais nas quais a apropriação dos bens, o uso da materialidade e os imaginários são coletivos (Little, 2003). Por outro lado, a regularização e a proteção de terras são funções de Estado, pelas quais não se aceita outras formas de territorialidade que não seja o estabelecido legalmente (Sahr; Sahr, 2009).

Tem-se por isso a noção de que se trata de assimetrias de poderes, muito desiguais. Ainda assim, esses espaços regulados são justamente aqueles em que as práticas de apropriação são absolutamente necessárias.

A prioridade, ou mesmo as decisões sobre os usos e destino de um território, responde também às distintas visões sociais de mundo e expressam práticas sociais, materializando-se dialeticamente no espaço-tempo, o que pode ser observado no processo de criação [de uma área protegida]<sup>12</sup>. O choque entre uso e apropriação traz as [Unidades de Conservação] de proteção integral como simulacros de território [sic], simulados para a preservação/proteção, que negligencia as necessidades locais, em especial aquelas fora do preestabelecido – ao circunscrito enquanto “parque” (Monteiro; Pereira; Del Gaudio, 2012, p. 425).

Na situação de conflito entre os apanhadores de flores sempre-vivas e do Parque Nacional das Sempre-Vivas, uma reapropriação daquele espaço para a prática do extrativismo pelas populações tradicionais foi possível após ampla mobilização e negociação com os órgãos responsáveis. Segundo as autoras, os campos são concebidos como áreas de uso comum pelos moradores e coletar as flores sempre-vivas refunda sentidos para além do econômico. As comunidades “qualificam a serra e os campos quanto a ancestralidade, afetividade, prazer, liberdade, trabalho, renda e tradição” (Ibid., p. 429).

Essa discussão nos aponta para o reconhecimento de territorialidades locais como espaços ocupados, praticados e imaginados de grupos e coletividades. Como são expressões de território, podem se encontrar em tensão com as demais territorialidades, de outras coletividades ou grupos ou das integrações sociopolíticas máximas – os territórios nacionais, notadamente. No entrelaço com a territorialidade hegemônica, entretanto, ganha expressão a força do que é funcional-racional, político-estatal, legitimado pelos referentes cotidianos da identidade nela elaborada. A que o que é o âmbito geral das sociedades políticas está apoiado em práticas disciplinares gerais e estratégias de contenção territorial (Haesbaert, 2008a). Emanam de um consentimento legítimo auferido ao Estado (Bobbio, 1987; Castro, 2005). Desse modo, o estudo das territorialidades locais não se separa da compreensão sobre as territorialidades mais amplas e as razões pelas quais nos vinculamos a elas.

<sup>12</sup> Neste caso, o Parque Nacional das Sempre-Vivas.



## Para ir adiante

As territorialidades humanas dizem respeito ao fazer de um ator social, que pode ser uma instituição, um grupo ou uma coletividade. Desenrolam-se a partir de distintas instâncias e provocam relações que abarcam desde os indivíduos e seus grupos como as realidades integrais das sociedades, seja o que for material como também imaterial (Di Méo; Buléon, 2007). Devemos compreendê-la como uma manifestação própria do humano: como sua expressão em sociedade e cultura. Com este enfoque nos é permitido “ênfatar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, tanto pela sua ação técnica e como pelo discurso que eles mantêm sobre ela” (Claval, 1996, p. 97)<sup>13</sup> O território é o espaço, a paisagem e o lugar tomados em ocupação ou atribuição de funções, um meio geográfico apropriado ou dominado e compreendido nessa relação. Estando diretamente associado à ação, um importante aspecto é o seu uso coletivo.

Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivenciam as relações com o espaço ocupado por esse grupo. Permanecer numa determinada área de modo continuado e repetido e compreender uma história da qual se participa constrói a experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respectivo espaço de con-vivência e uso. Pode-se não conhecer de forma direta a totalidade do território e da sociedade nos quais estamos inseridos, mas, se tomamos conhecimento de-les, se recebemos notícias por meios de comunicação, tende-se a assimilar a ideia de que essa totalidade nos diz respeito (Hall, 2016; Jovchelovitch, 2011).

Nas sociedades em que sua formação não se centraliza na etnicidade de um povo pode-se desenvolver múltiplas identificações (Brandão, 1986), dada a diversidade de experiências e condições socioeconômicas e culturais. Uma delas, em especial, é vivida por todos sem exceção: a que estabelecemos com o território. Todavia, é possível que as vivências territoriais sejam ampliadas, particularmente nas condições atuais de circulação e comunicações. Experiências como as vividas nas territorialidades derivadas de deslocamentos forçados ou das populações tradicionais permitem manter identidades com lugares vividos originais, juntamente à construção das referências socioculturais compartilhadas com a de coletividades mais amplas. Na sobreposição de territorialidades, ao mesmo tempo se pode ter fortes ligações com uma etnia e com uma nação (Vargas, 2008; Lima, 2013). As identidades por si mesmas não são autoexcludentes, mas as territorialidades a elas pertinentes podem expressar tensão ou conflitos.

Parece-me necessário adotar um esquema metodológico, à semelhança dos conceitos de forma, função, processo e estrutura, que propôs para o estudo da organização espacial (Santos, 2008). Como se discutiu aqui, porém, o estudo das territorialidades necessita a compreensão da ação vinculada a seu agente ou ator, uma instituição, coletividade ou grupo. Instituições e sujeitos coletivos encontram-se com a equivalente qualidade de agentes e atores capazes de inventar/construir territorialidades (Tizon, 1996) e, além disso, expressar vínculos com o simbolismo e imaginários a eles vinculados. Com um foco assim projetado, acredito que nos capacitamos a seguir o discernimento proposto por Henri Lefebvre (2000), dos âmbitos da dominação e da apropriação, da formulação dos espaços para a reprodução das relações de produção e dos espaços praticados pelos grupos, estes, em consonância ou antagonismo com aquele.

Três aspectos imbricados envolvem a noção de que as territorialidades humanas implicam inseparabilidade entre materialidade e imaterialidade: (a) constituindo um poder pela ocorrência e presença, pelo domínio ou apropriação, (b) por meio das ações, as práticas espaciais, (c) e imaginários e suas representações.

Como foi possível verificar, as situações de vínculo com o espaço são variantes. Algumas envolvem autêntica prática de apropriação, enquanto outras se veem submetidas ao espaço social produzido no neocapitalismo moderno. Por isso, a simples identificação de uma territorialidade apenas a demonstraria como uma manifestação singular, uma coexistência em multiterritorialidade sem expressar tensão (Heidrich, 2010). Como vimos, algumas expressam tensão em seu próprio interior, na medida em que são construídas com práticas de apropriação e ao mesmo tempo de reprodução do espaço social dominante. Outras ainda se veem em conflito com variantes territorialidades locais ou com o espaço social dominante. As territorialidades podem expressar antagonismo mesmo que as identidades que as suportam sejam de um mesmo grupo. Alguns conflitos envolvem a assimetria de poder entre instituições e grupos, assim como se evidencia o recrudescimento do viver multiterritorial (Haesbaert, 2004, 2014).

Dada essa complexidade, ganha importância o estudo sobre as territorialidades locais e as tensões e os conflitos a elas associados. A prática da apropriação não parece estar isenta do tensionamento com o espaço social dominante, da mesma forma que a obra de arte provoca e cria textura, como se o espaço fosse ali “vergado”, estabelecendo dificuldades para a inércia. A forma como permanência, ocupação, não se fixa se a ela não estiver associada a ação como uso para a criação de um valor intrínseco e o imaginário colado a ela (Heidrich, 2013). Desse modo, o vínculo necessita do grupo atuante – um

<sup>13</sup> Ver também em Rogério Haesbaert (2014) a proposição de abordar o território por três aspectos: processo, fronteira e identidades múltiplas.

ator socioterritorial –, pois território se efetiva mesmo quando envolve coletivos. Como método, a identificação desses elos isoladamente revelaria ainda o que estaria por fazer ou acontecer para efetivar a tensão apropriada com o espaço. A hipótese de estar a caminho, quem sabe não estaria revelando alguma de suas qualidades, ou seja, territorialidades se expressando em lugares, corações e mentes?

## Referências

- ALMEIDA, A. W. B. (2008). *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM. 184 p.
- ALVES, A. C. (1987). *Estado e ideologia. Aparência e realidade*. São Paulo: Brasiliense. 362 p.
- ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. (2013). Efeito território. Explorações em torno de um conceito sociológico, In: *Civitas*, Porto Alegre: PUCRS, vol. 13, n. 2, p. 133-144.
- BOBBIO, N. (1987). *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BRANDÃO, C. R. (1986). *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. Petrópolis: Vozes. 173 p.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. (1996). Le lien territorial: entre frontières ET identités. In: *Géographie et Cultures*, n. 20, Paris: L'Harmattan, p. 7-18.
- BOURDIEU, P. (2011). *A distinção. Crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk. 556 p.
- \_\_\_\_\_. (2008). Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, p. 159-166.
- \_\_\_\_\_. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In: *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, vol. 27, n. 79, p. 133-144.
- CASTRO, I. E. (2005). *Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil. 304 p.
- CLAVAL, P. (1996). Le territoire dans la transition a la Postmodernite. In: *Géographie et Cultures*, n. 20, Paris: L'Harmattan, p. 93-112.
- COSTA, J. M. et al. (2007). Território e qualidade de vida: complexidades socioespaciais do morador de rua em Porto Alegre, RS, Brasil. *Hologramática*, Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales – UNLZ, vol. IV, n. 7, p. 23-47.
- DI MÉO, G.; PRADET, J. (1996). Territoire vécu et contradictions sociales: le cas de la vallée d'Aspe (Pyrénées occidentales). In: DI MÉO, G. (org.). *Les territoires du quotidien*. Paris: L'Harmattan, p. 51-86.
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. (2007). *L'espace social. Lecture géographique des sociétés*. Paris: Armand Colin. 304 p.
- DUBAR, C. (2008). Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. In: *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro: PUC, n. 3, p. 56-69.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 224 p.
- ESCOREL, S. (2000). Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTIN, Marcel (org.). *Nômades, excluídos e viradores: no meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 139-171.
- FERNANDES, A. T. (1992). Espaço social e suas representações. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, vol. 2, p. 61-99.
- FERNANDES, B. M. (2000). Movimento social como categoria geográfica. In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 59-85.
- FONSECA, M. A. P. et al. (2016). Segunda residência e a construção dos vínculos identitários territoriais no Polo Costa das Dunas/RN/Brasil. In: *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 14, n. 5, p. 1229-1240.
- FOUCAULT, M. (1997). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 16. ed. Petrópolis: Vozes. 262 p.
- \_\_\_\_\_. (2001). *História da sexualidade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal. 3 v.

- HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil. 400 p.
- \_\_\_\_\_. (2006). Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e exclusão territorial. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira*. Vol. 1. São Paulo: AnnaBlume; Anpege, p. 23-48.
- \_\_\_\_\_. (2008a). Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de Mello (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Anpege, p. 30-45.
- \_\_\_\_\_. (2008b). Dos múltiplos território à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (orgs.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. 1. ed. Porto Alegre; Canoas: Editora da UFRGS; Editora da ULBRA, p. 19-36.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 320 p.
- HALL, S. (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri. 260 p.
- HEIDRICH, A. L.; CARVALHO, O. A. (2001). Territorialidades de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência. In: *VIII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, v. 1, p. 74-80.
- HEIDRICH, A. L. (2000). *Além do latifúndio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 212 p.
- \_\_\_\_\_. (2006). Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (orgs.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-44.
- \_\_\_\_\_. (2009). Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 271-290.
- \_\_\_\_\_. (2010). Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. P.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (orgs.). *Teorias e práticas: análises espaçotemporais*. São Paulo: Expressão Popular, p. 25-35.
- \_\_\_\_\_. (2013). Estratégias e problemas da ocupação irregular em Porto Alegre. In: *14º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Lima: Unión Geográfica Internacional – Comité Nacional Perú, p. 1-20.
- \_\_\_\_\_. (2013). Território e cultura: argumento para uma produção de sentido. In: HEIDRICH; Álvaro L.; COSTA, Benhur P.; PIRES, Cláudia L. Z. (orgs.). *Maneiras de ler: geografia e cultura*. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre; Compasso Lugar Cultura. p. 52-61.
- HEIDRICH, A. L. et al. (2016). A ocupação irregular como estratégia de conquista da cidade. Enfoque sobre os aspectos territoriais do problema em Porto Alegre. In: HEIDRICH, A. L.; SOARES, P. R. R.; TARTARUGA, I. G. P.; MAMMARELLA, R. (orgs.). *Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Letra 1; Observatório das Metrôpoles, p. 229-258.
- HELLER, A. (1992). *O cotidiano e a História*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 121 p.
- JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D. ; SMITH, D. (eds.). (2000). *Dicionário Akal de Geografia Humana*. Madri: Akal. 592 p.
- JOVCHELOVITCH, S. (2011). *Os contextos do saber*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 344 p.
- LEFEBVRE, L. (2000). *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos. 485 p.
- LIMA, L. N. M. (2013). A constituição de um território identitário pela garantia dos direitos fundiários: o Sítio Histórico e o Patrimônio Cultural Kalunga. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, vol. 25, n. 3, p. 503-512.
- LITTLE, P. E. (2003). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 251-290.
- MAGDALENO, F. S. (2009). Vínculos territoriais de compromisso dos deputados Federais do Estado do Rio De Janeiro. In: *XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Caminando em uma América Latina em transformación. Montevideo: Universidad de la República, p. 1-31.
- MARQUES, F. C.; OLIVEIRA, D. (2016). Agricultura ecológica al sur de Brasil: de alternativa a contratendencia. In: *Iconos*, Quito, n. 54, p. 87-106
- MITCHELL, A. S. (2012). Do território aos vínculos: A construção do conceito de vínculos territoriais. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 38, p. 35-52.
- MORAES, A. C. R. (2013). *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume. 126 p.
- POLLAK, M. (1992). Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, n. 10, p. 200-212.
- RAFFESTIN, C. (1987). Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: *Cahier Groupe Reseaux*, n. 7. p. 2-22.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 269 p.

- ROBAINA, I. (2013). Nas margens do centro: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. In: *Caderno de Geografia*, v. 23, n. 40, p. 1-14.
- ROSADO, R. M. (2009a). Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS. 333 p.
- \_\_\_\_\_. (2009b). Uma leitura bourdiana do jogo do lixo. *Interacções*, v. 5, p. 230-253.
- ROSADO, R. M.; HEIDRICH, A. L. (2016). Leituras na esteira do galpão: catadores, território e educação ambiental. In: AMARO, Aurélio A.; VERDUM, Roberto (orgs.). *Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas interfaces com o espaço geográfico: entre conquistas e desafios*. Porto Alegre: Letra 1, p. 285-308.
- SACK, R. D. (1986). *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press. 256 p.
- SAHR, C. L.; SAHR, W. (2009). Território-faxinais-espaços. A problemática "espaço/território" na formação social brasileira. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 143-174.
- SANTOS, M. (2008). *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp. 118 p.
- SILVA, T. P. da; ALMEIDA, Rosemeire A. (2002). A experiência do trabalho coletivo e as transformações territoriais no assentamento São Manoel, em Anastácio/MS. In: *Geografia*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, p. 185-193.
- SILVEIRA, M. L. (2011). Território usado: dinâmicas de espacialização, dinâmicas de diversidade. In: *Ciência Geográfica*, Bauru, vol. 15, n. 1, p. 4-12.
- TIZON, P. (1996). Qu'est-ce que le territoire? In: DI MÉO, G. *Les territoires du quotidien*. Paris; Montreal: L'Harmattan, p. 17-34.
- TOURAINÉ, A. (1999). *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes. 387 p.
- VARGAS, I. A. (2008). Territorialidades e representações dos Terena da terra Indígena Buriti (MS). In: SERPA, A. (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EdUFBA, p. 91-115.
- VERMEERSCH, S. (2006). Liens territoriaux, liens sociaux: le territoire, support ou prétexte? Paris: *Espaces et sociétés*, n. 126, p. 53-68.